

## **O estabelecimento de estratégias no processo de mediação intercultural no Instituto Politécnico da Guarda** *Establishing strategies in the intercultural mediation process in Guarda Polytechnic Institute*

Luísa Campos, Maria Paula Neves, María del Carmen Ribeiro, Maria Hermínia Barbosa e Nelson Oliveira

### **Resumo**

Perante a transformação da população estudantil, no Instituto Politécnico da Guarda (IPG), com o aumento de alunos dos PALOP e o simultâneo avolumar de problemas de vária ordem que impediam a boa integração desses alunos na vida académica e comunitária, o grupo do Território da Rede do Ensino Superior para a Mediação Intercultural (RESMI) desta instituição estabeleceu estratégias adequadas que tiveram em conta os três princípios fundamentais subjacentes ao processo de mediação: o princípio da igualdade, o princípio da diferença e o princípio da interação positiva. O estabelecimento destas estratégias levou a uma maior harmonização intercultural resultante de intervenções propiciadoras de bons resultados tanto para estudantes migrantes como para entidades acolhedoras.

### **Palavras-chave**

Igualdade; diferença; interação positiva; migrantes PALOP; mediação intercultural

### **Abstract**

Regarding the transformation of the student population in Guarda Polytechnic Institute (IPG), due to the increase in numbers of students from African Portuguese-Speaking Countries (PALOP), and the simultaneous increase of problems of various types which prevent the smooth integration of these students into academic life, a group from the National Network for Intercultural Mediation in Higher Education (RESMI) from this institution has established appropriate strategies that take into account the three basic underlying principles in the process of mediation: the principle of equality, the principle of difference and the principle of positive interaction. The establishment of these strategies has led to greater intercultural harmonisation resulting from actions that favour positive results not only for the students but also for the receiving entities.

### **Keywords**

Equality; difference; positive interaction; African Portuguese-Speaking Countries (PALOP) migrants; intercultural mediation.

## **O estabelecimento de estratégias no processo de mediação intercultural no Instituto Politécnico da Guarda**

Luísa Campos, Maria Paula Neves, María del Carmen Ribeiro,  
Maria Hermínia Barbosa e Nelson Oliveira

### **Introdução**

Da mudança verificada no tecido social académico, decorrente do aumento considerável de alunos internacionais no Instituto Politécnico da Guarda (IPG), sobretudo provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), surgiram problemas que o grupo da Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural (RESMI) concluiu necessitarem de mediação.

Perante esta conclusão foi delineada uma metodologia de intervenção que teve em conta os três princípios fundamentais que, segundo Gimenez Romero (2010: 83), estão subjacentes ao processo de mediação: o princípio da igualdade, o princípio da diferença e o princípio da interação positiva.

Baseando-nos no princípio da igualdade, estávamos conscientes de que os alunos dos PALOP, sendo migrantes, deveriam usufruir de “políticas de igualdade (de direitos, deveres, oportunidades) [...] imprescindíveis não só por si mesmas e como parte da justiça social, mas também para o desenvolvimento da sociedade pluralista e intercultural” (Romero, 2010: 80). Assim, deveriam ser proporcionadas oportunidades de igualização e ações que prevenissem a desigualdade e a indiferença. O facto de os alunos serem objeto de atenção com vista à melhoria das suas condições, ou seja, o facto de serem objeto de reconhecimento dentro da comunidade, ajudaria a conferir-lhes identidade igualitária.

Seguindo o princípio da diferença, os alunos dos PALOP seriam vistos como membros de um património sociocultural diversificado. Este património é um fator positivo de diversidade na vida da instituição de ensino superior em que atualmente participam. Os alunos em causa provinham de culturas africanas e essa circunstância fazia deles seres “diferentes”. No entanto, para além de serem abordados na sua condição especial de “diferentes”, seriam simultaneamente abordados na sua condição comum de pessoas, de seres humanos. Assim, o que constituísse diferença compatibilizar-se-ia com a existência de uma plataforma subjacente onde está latente o que é comum a todos os seres humanos.

O princípio da interação positiva seria parte fundamental desta mediação pois incluir-se-iam propostas para facilitar e melhorar a inter-relação com as diversas partes: a entidade anfitriã, a restante comunidade académica e a comunidade envolvente. Assim, dar-se-ia ênfase ao estabelecimento de uma rede, ou seja, ao que é compartilhado. Nesse sentido, proporcionar-se-ia o contacto entre os agentes de cariz social, cultural e educativo, com vista mais do que a uma ação multicultural, a uma ação intercultural, ou seja, não como agentes de culturas justapostas mas como intervenientes de culturas interativas.

## **Metodologia da mediação: Estratégias delineadas**

A fim de prosseguir a mediação projetada, foi planeada uma metodologia que incluiu o planeamento de estratégias de atuação que permitiriam atingir alguns dos objetivos traçados, a aplicação dessas estratégias, a análise da aplicação das estratégias aplicadas e a avaliação de todo o projeto, que não é incluída nesta comunicação.

A Estratégia 1 consistiu no mapeamento dos problemas existentes tanto dentro deste grupo de alunos como por parte da entidade anfitriã. Este foi feito através do levantamento de dados, com a aplicação de um questionário dirigido a alunos e outro à entidade IPG. As questões abordadas foram de ordem pessoal, situacional e cultural, uma vez serem esses, confirmando as conclusões de Gimenez Romero (2010: 69), os tipos de problemas que poderiam surgir.

A Estratégia 2 consistiu numa reunião dos estudantes com o grupo da RESMI, membros do Gabinete de Mobilidade e Cooperação e membros da Associação de Estudantes do IPG e da Associação dos Estudantes dos PALOP. Esta reunião destinava-se a confirmar informações sobre questões de ordem situacional e cultural no país de acolhimento, a recolher novas informações, a fornecer informações sobre o país de acolhimento e a tentar a adesão dos alunos portugueses do IPG aos problemas dos alunos dos PALOP.

A Estratégia 3 previa a transmissão dos resultados dos questionários e da reunião à entidade anfitriã para conhecimento de qualquer desajuste entre o que o IPG pensou que foi transmitido e o que foi compreendido e a desejada tomada de medidas em ações de recrutamento futuras bem como para alertar para a necessidade de haver um programa implementado de apoio aos alunos por parte dos vários agentes institucionais do IPG.

A Estratégia 4 incluía o estabelecimento de um conjunto de parcerias com entidades comunitárias de cariz social e cultural para se criarem linhas de interação que permitissem aos alunos contactarem com a realidade fora do IPG e poderem usufruir das vantagens que essas instituições davam a quem habitava o país.

Previa-se ainda a recolha de informação sobre os resultados da estratégia 4 e a avaliação do projeto, a fim de detetar possíveis falhas e ponderar ações a desenvolver num futuro próximo, reajustadas segundo a informação obtida.

## **Desenvolvimento do projeto**

Para levar a cabo a Estratégia 1 foram elaborados dois questionários, um a aplicar aos alunos dos PALOP e outro à entidade anfitriã. Apresentamos de seguida a estrutura do questionário dirigido aos alunos dos PALOP:

1. Identidade: nome, telemóvel, email, data de nascimento, país de nascimento, nacionalidade, país de residência, língua(s) falada(s) em casa antes da idade escolar, familiar(es) a residir em Portugal, número de anos de escolaridade em que a língua de ensino foi o português, escola, cidade e país dos estudos secundários, anos de estudo do português na escola, curso que frequenta.

2. Protocolos e apoios: vinda para Portugal ao abrigo ou não de um protocolo, termos do protocolo em relação ao número de anos, redução do preço das propinas, bolsa (entidade, valor, possibilidade de prolongamento), atrasos no recebimento do apoio financeiro estatal, apoio financeiro da família e periodicidade do apoio da família.
3. Informações prospetivas no país de origem por parte da Instituição.
4. Procura de alojamento antes de chegar: tentativa de marcação na residência (com ou sem sucesso); tentativa de marcação de um quarto (com ou sem sucesso); existência ou não de ajuda para obtenção de alojamento; caso tivesse vindo sem alojamento marcado: tempo à espera de alojamento depois de chegar; ajuda na procura; onde pernitoou até conseguir alojamento.
5. Acolhimento e acompanhamento: (a) Acolhimento fora e dentro do IPG: acolhimento à chegada; apoio do Gabinete de Mobilidade e Cooperação; apoio dos serviços centrais; apoio da Direção da Escola; apoio dos colegas; existência de amigos portugueses no grupo de amigos; discriminação no IPG; assuntos tratados com o diretor de curso; assuntos tratados com o núcleo de curso; assuntos tratados com as associações de estudantes (portuguesa e dos PALOP); (b) Problemas com atrasos na bolsa, com alojamento, com alimentação, com material escolar, com a língua portuguesa, com saúde; conhecimento do acesso aos serviços públicos (hospital e centro de saúde); informação sobre procedimentos de cidadania (reciclagem, preservação da natureza, prevenção de fogos, fumo e barulho em lugares públicos, número de emergência 112); participação em associações e núcleos de interesse.
6. Interculturalidade: premência e pertinência ou não de institucionalização de uma semana internacional no IPG (áreas em que pretende participar – gastronomia, música, literatura, artes visuais, artesanato).
7. Pedido de opinião ou sugestão.

A estrutura do questionário dirigido à entidade IPG incluiu as questões que se seguem.

1. Procedimentos na angariação dos alunos dos PALOP – questões que possam necessitar de melhor explicitação no futuro (por exemplo, clima, custo de vida dentro e fora do IPG).
2. Termos dos protocolos com países/instituições.
3. Montante e periodicidade de bolsas por país/instituição.
4. Facilidades concedidas pelo IPG aos alunos.
5. Procedimentos no acolhimento: (a) Plano de acompanhamento à chegada; (b) Plano de acompanhamento dentro do IPG; (c) Plano de acompanhamento na cidade.
6. Papel dos vários agentes institucionais (Gabinete de Mobilidade e Serviços Sociais Académicos, Direção de cada Escola, Diretor de Curso, Associação de Estudantes e Associação dos alunos dos PALOP, Núcleos de Curso, Cantina, Reprografia, Secretaria e Biblioteca relativamente a procedimentos previstos, designadamente bolsas, alojamento, alimentação, material escolar, língua portuguesa, desenvolvimento das matérias escolares, funcionamento das unidades curriculares e avaliações, procedimentos de cidadania, saúde).
7. Periodicidade do levantamento das necessidades por parte dos agentes educacionais e subsequente acompanhamento (início, meio e fim do ano).
8. Folhetos informativos existentes.

Os questionários foram analisados e os resultados obtidos ajudaram a apoiar as restantes estratégias com dados concretos. Relativamente ao questionário aplicado aos estudantes,

este foi respondido por 37 alunos, dos quais a maioria, 16, respondeu ser oriunda de Cabo Verde e 15 de São Tomé e Príncipe, tendo havido 6 que não responderam. Note-se que ao longo da análise dos resultados do questionário ficam omissas as respostas em branco.

No que diz respeito ao género, responderam ao questionário mais indivíduos do género feminino (22) do que do género masculino (15).

Relativamente às licenciaturas frequentadas, destaca-se Enfermagem com 12 respostas, seguida de Comunicação e Relações Públicas com 8, Gestão 4, Comunicação Multimédia com 3, Gestão de Recursos Humanos 2, Farmácia 2, Engenharia Informática 2, Contabilidade 1, Design de Equipamento 2 alunos e Mestrado em Comunicação e Publicidade 1 aluno.

A esmagadora maioria assumiu que se deslocou para Portugal apoiada por um protocolo (31), ao contrário de 3 que responderam não o ter feito. Quando inquiridos acerca do número de anos consignados no protocolo, de entre os que responderam a esta questão, a maioria respondeu 3 anos (20) e os restantes (8) responderam 4 anos, respostas justificadas pelas estruturas curriculares dos cursos que frequentam, uma vez que, por norma, as licenciaturas do IPG são de três anos letivos, com exceção das Licenciaturas em Farmácia e Enfermagem ministradas na Escola Superior de Saúde da Guarda que são constituídas por quatro anos curriculares.

Questionados acerca do valor das propinas, a maioria (34) disse estar estipulada no protocolo a redução das mesmas. Relativamente às bolsas de estudo a esmagadora maioria, respondeu que não usufruía (34), ao contrário de 3 que responderam afirmativamente.

No que diz respeito ao apoio pecuniário familiar que lhes permite estudar em Portugal, a totalidade afirmou que dispunha desse tipo de apoio. Dos que responderam a esta questão, 20 responderam que lhes chegava com maior ou menor dificuldade, mensalmente, 5 responderam que recebiam ajuda familiar de três em três meses, 4 de dois em dois e os restantes (3) afirmaram que tal acontecia com alguma irregularidade, dependendo da disponibilidade.

Sobre as informações prospetivas levadas a cabo pela Instituição no país de origem, as respostas revelaram que se tratou de informação, antes de tudo, prática e utilitária. Assim, 17 responderam que foi relativa ao alojamento, 11 à redução das propinas, 2 retiveram que iriam ter um tutor no IPG, 2 que haveria facilidade na alimentação e houve quem tivesse ficado certo de que iria usufruir de bolsa (1) e que iria ter uma receção institucional (1). Apenas 2 memorizaram informações mais generalistas relacionadas com o clima e o custo de vida.

Talvez por terem recolhido a informação de que poderiam usufruir das residências académicas do IPG, a esmagadora maioria dos inquiridos respondeu que não procurou alojamento antes de chegar à Guarda (28) e apenas um inquirido afirmou ter viajado com alojamento marcado.

No que diz respeito ao local onde se encontravam alojados na data da aplicação do questionário que aqui se descreve, a maioria (23) afirmou encontrar-se nas residências

académicas do IPG. Daqueles que não residiam nestas, 6 disseram que era por falta de informação, 2 por não haver vaga, 2 por preferirem morar com amigos e 1 justificou não ter escolhido este alojamento devido à falta de privacidade.

Relativamente ao acolhimento que lhes foi prestado à chegada a Portugal, a esmagadora maioria afirmou ninguém os ter ido receber (26). De entre aqueles que responderam que foram recebidos à chegada à Guarda, 6 responderam que à chegada os aguardavam colegas e/ou amigos, 1 o presidente da Associação dos PALOP e 1 o Vice Presidente do IPG.

No que diz respeito aos apoios recebidos do Gabinete de Mobilidade e Cooperação (GMC) do IPG, as opiniões dividiram-se, respondendo 18 dos inquiridos afirmativamente e outros 18 negativamente. Quanto aos apoios concedidos por este Gabinete, as respostas mais frequentes distribuíram-se por: roupas quentes (10), cobertores para a cama (8) e loiça e talheres (7).

Quanto ao apoio dos serviços sociais académicos, a esmagadora maioria respondeu que não recebeu qualquer apoio (31) e apenas 4 responderam afirmativamente.

Sobre o apoio da Direção da Escola, 17 responderam que não obtiveram esse apoio e 18 responderam que o tiveram. Das respostas positivas, 5 responderam que os assuntos tratados com a Direção prendiam-se com o pagamento das propinas, 8 afirmaram ter tratado de questões do foro académico, relacionadas com o decorrer das aulas, e os restantes referiram assuntos relacionados com a residência académica e com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Ao serem inquiridos sobre o apoio recebido dos colegas portugueses, 23 responderam que tinham obtido esse apoio e 11 que não o tinham obtido. De entre aqueles que responderam afirmativamente, a disponibilização de apontamentos surge como o mais frequente tipo de ajuda (14), seguindo-se a transmissão de informações (6), o esclarecimento de dúvidas (5) e alguma forma de auxílio nas Unidades Curriculares (4).

Nas respostas que incidiram sobre a inclusão de portugueses no grupo de amigos, 24 foram afirmativas, sendo de salientar uma resposta "Tenho um grupo de amigos, estudamos juntos e saímos para nós divertir. Já conheci muitos sítios graças a esses colegas portugueses". No entanto, 13 respostas foram negativas.

Procurando aferir se os inquiridos já haviam sido alvo de atitudes discriminatórias, 9 responderam que sim, 17 responderam que não, 6 não responderam e 4 afirmaram que só se sentiram discriminados fora do IPG.

No que respeitava aos assuntos tratados com o diretor de curso, 20 disseram nunca terem tratado qualquer assunto com o respetivo diretor de curso, 12 disseram ter abordado assuntos relacionados com as aulas, questões académicas, como créditos e outras, e 5 mencionaram assuntos relacionados com vacinas.

Respondendo sobre as interações destes alunos com as associações de estudantes, a Associação de Estudantes do IPG e a Associação de Estudantes dos PALOP, 29 afirmaram

que não haviam tido qualquer contacto com a primeira, 4 disseram terem contactado esse mesmo órgão para tratar de assuntos relacionados com a bata do estágio (alunos de Enfermagem) e as restantes 3 respostas tiveram estavam relacionadas com doença e apoio alimentar (1), solicitação de roupa de curso (1) e roupa para danças (1). É de notar que se detetou alguma rivalidade entre as associações de estudantes, chegando a afirmar-se que a "associação de estudantes é a dos PALOP". No entanto, dentro desta associação também se notava descontentamento pois se afirmava que "na associação dos PALOP a maioria é de Cabo Verde e esta só ajuda os cabo-verdianos"; "[a Associação de Estudantes dos PALOP] só ajuda os cabo-verdianos, sendo até o presidente também cabo-verdiano".

Dos inquiridos que responderam à questão sobre os contactos havidos com o respetivo Núcleo de Estudantes 27 afirmaram não o terem feito e 9 disseram ter-se-lhe dirigido para tratar de assuntos do foro académico como cursos, estágios e aulas.

Na secção que procurava informação acerca das principais dificuldades vivenciadas por eventuais atrasos nas bolsas ou remessas familiares, quando questionados acerca da bolsa, 22 não responderam, 10 responderam que não tinham sentido dificuldades e apenas 2 responderam que sim.

Em relação ao alojamento, 22 alegaram dificuldade em pagar a renda mensal, 5 não responderam, 4 responderam que não tinham dificuldade. 4 responderam que esse problema resultava do facto de não terem ficado na residência académica e 3 consideraram que o espaço da residência não era adequado.

No que diz respeito à alimentação, 15 inquiridos responderam que tiveram problemas em consequência do atraso no envio das remessas familiares, das dificuldades económicas em geral e do preço do peixe (que integra a sua dieta nos países de origem), 3 justificaram este problema com a existência de um sabor diferente da comida que lhes era servida ou com questões de cariz religioso, 7 responderam que não e 8 não responderam.

Relativamente ao material escolar, 21 dos inquiridos revelaram dificuldades para o adquirir; 7 disseram que por norma conseguiam obtê-lo e outros 7 não responderam.

Sobre o domínio da Língua Portuguesa, 21 afirmaram ter algum tipo de dificuldade na expressão e compreensão oral ou na expressão escrita, 8 não revelaram problemas de maior e 7 não responderam.

Quanto ao acesso aos serviços de saúde, 11 responderam que não tinham tido qualquer dificuldade, 7 referiram ter dificuldade ao acesso por não disporem de médico de família, 6 deixaram transparecer receios referentes à vacinação, 8 não responderam, 1 referiu ser caro, 1 referiu falta de informação ao nível do planeamento familiar e 1 mencionou ausência de tratamento relacionado com a tensão arterial. Inquiridos acerca de terem ou não conhecimento de que podiam usufruir dos serviços públicos do Hospital e do Centro de Saúde, 21 responderam afirmativamente, 15 negativamente e 1 não respondeu.

Nas respostas sobre se se sentiam informados sobre procedimentos de cidadania a ter no dia a dia em Portugal. o número de respostas foi o que se segue, de acordo com o

respetivo procedimento: reciclagem: sim 27, não 9; preservação da natureza: sim 27, não 9; prevenção de fogos: sim 25, não 11; fumo de cigarros: sim 29, não 7; barulho: sim 26, não 10; número de emergência, 112: sim 34, não 2.

Respondendo se se sentiam informados sobre a possibilidade de participar em associações e núcleos de interesse, os inquiridos revelaram maior conhecimento sobre essa participação na Cáritas (sim 23, não 11), no Centro Paroquial (sim 11, não 23) e nas Igrejas Protestantes (sim 10, não 25.). Relativamente às outras associações e núcleos de interesse, as respostas foram as seguintes: Cruz Vermelha: sim 8, não 27; Núcleo Desportivo da Guarda: sim 7, não 12; Centro Cultural: sim 5, não 31; Igreja Ortodoxa: sim 5, não 27; Liga Portuguesa contra o Cancro: sim 3, não 32; Teatro Aquilo: sim 3, não 32; Casota: sim 1, não 32 e Quercus: sim 0, não 33.

Sobre o desenvolvimento da interculturalidade, mais especificamente sobre a importância da institucionalização de uma semana internacional no IPG, 2 inquiridos responderam negativamente e 35 afirmativamente. Em relação às áreas em que gostariam de contribuir durante essa semana, as respostas distribuíram-se da forma que a seguir se apresenta: música 30, gastronomia 29, artes visuais 12, literatura 11 e artesanato 11.

Relativamente ao questionário aplicado à entidade IPG, este foi respondido pelo seu Vice-Presidente do IPG. Quanto a procedimentos na angariação dos alunos dos PALOP, foi respondido que existiam acordos com o poder local em África, sendo a publicitação da possibilidade de estudo nesta Instituição em Portugal levada a cabo através de visitas a escolas secundárias e a feiras.

Os termos dos protocolos com os diversos países e suas instituições incluíam informação sobre vagas e propinas mais baixas, isenção da taxa de candidatura e facilidade de alojamento quando existente. Existiam sete acordos com S. Tomé e Príncipe e sete acordos com Cabo Verde. O IPG não disponibilizava bolsas de estudo aos estudantes. As facilidades concedidas pelo IPG aos alunos consistiam na redução de propinas e em pagamentos faseados.

Quanto aos procedimentos no acolhimento aos estudantes à chegada, o IPG não tinha em geral intervenção direta. Por vezes iam buscar os estudantes ao aeroporto, nomeadamente quando o grupo era maior. Ao chegar à cidade, frequentemente o IPG ia buscar os alunos às estações de caminho-de-ferro ou à estação de autocarros.

Existia um plano de acompanhamento dentro do IPG ao longo do ano por vários agentes institucionais. O Gabinete de Mobilidade e Cooperação acompanhava os alunos no que se referia a atrasos na bolsa recebida através do contacto direto com as autoridades do país de origem; contactava os senhorios para tratar de alugueres e problemas decorrentes de atrasos nas rendas e também com os Serviços de Ação Social; direcionava os alunos para algumas instituições não-governamentais da cidade com vista a colmatar a falta de alimentos; não tinha dado assistência na obtenção de material escolar; publicitava cursos livres de língua portuguesa; não tinha desenvolvido ações com vista à integração dos estudantes na comunidade local para desenvolver o espírito de cidadania (reciclagem e preservação do ambiente; trânsito pedonal; álcool e drogas; fumo em lugares públicos);

também não dava informações sobre procedimentos para a resposta à doença/saúde; fornecia informações sobre a Associação de Estudantes; não providenciava informações sobre os Núcleos de Curso mas fornecia informações sobre algumas associações desportivas, culturais, religiosas e de solidariedade locais; não acompanhava os alunos no seu regresso.

Os Serviços Sociais Académicos seria outro agente institucional que poderia dar acompanhamento aos estudantes internacionais, mas verificava-se, pelas respostas dadas, que não intervinham em qualquer aspeto específico da vida académica ou logística destes estudantes, designadamente no que se referia ao alojamento.

Quanto ao papel da Direção de cada Escola e do Diretor de Curso, eles reportavam qualquer situação mais complicada à Presidência ou ao Gabinete de Mobilidade e Cooperação mas não tinham indicações para dar informações mais atentas sobre o funcionamento das unidades curriculares e avaliações.

A presidência não fazia a ligação dos alunos com a Associação de Estudantes, a Associação dos alunos dos PALOP e os Núcleos de Curso.

Havia a preocupação com o fornecimento de refeições gratuitas a alguns alunos, sendo, além disso, as sobras alimentares da cantina direcionadas para o mesmo fim.

A reprografia não estava sensível às possíveis necessidades destes estudantes relativas a fotocópias, nem a presidência providenciava por resposta às possíveis necessidades relativas a material escolar.

A presidência não tinha planeado dar indicações à Secretaria para diligenciar acompanhamento relativo a procedimentos e legislação. Não foram igualmente dadas indicações para dar apoio a estes alunos na Biblioteca e relativamente a procedimentos com a saúde.

No início, a meio e no fim do ano era feito o levantamento das necessidades dos estudantes internacionais por parte do Gabinete de Mobilidade e Cooperação e da Cantina.

Existiam folhetos informativos sobre o funcionamento do IPG e procedimentos a ter, tendo em vista a regularização da sua estadia em Portugal.

Para levar a cabo a estratégia 2 foi convocada uma reunião dos estudantes com o grupo da RESMI, membros do Gabinete de Mobilidade e Cooperação bem como membros da Associação de Estudantes e da Associação de Estudantes dos PALOP. Teve como objetivo dar informações sobre assuntos que os questionários tinham revelado serem desconhecidos ou pouco conhecidos talvez devido a uma reduzida informação ou a mal entendidos na fase de recrutamento.

Ainda está por se estabelecer a ligação com a Associação de Estudantes e a Associação de Estudantes dos PALOP, uma vez que não estiveram presentes na reunião.

A fim de levar a cabo a estratégia 3, teve lugar uma reunião do grupo da RESMI com a entidade IPG, na pessoa do Vice-Presidente, a qual teve como objetivos:

- a) Revelar o desfazamento, verificado nas respostas ao questionário, entre as informações fornecidas na altura do recrutamento no país de origem sobre a futura integração dos alunos no IPG e a compreensão que os alunos tiveram delas;
- b) Refletir sobre problemas encontrados: custo de vida, alojamento, alimentação, transporte, clima, aquisição de materiais escolares e pagamento de propinas;
- c) Propor o estabelecimento de orientações específicas nas diversas entidades institucionais a serem aplicadas na ajuda à integração dos estudantes internacionais dentro do IPG através de uma adequada gestão da nova diversificação sociocultural.

Tendo em vista a estratégia 4, foi estabelecido um conjunto de parcerias com entidades comunitárias para assim se estabelecer uma rede de apoio e interligação com a comunidade envolvente, ligando migrantes dos PALOP e instituições da comunidade local, como, por exemplo, ReFood, Cáritas, Centro de Saúde e Paço da Cultura.

Embora prevista, a avaliação do projeto ainda não foi levada a efeito, mas está agendada a análise da aplicação das estratégias anteriores a fim de as poder ajustar a iniciativas dirigidas aos alunos de anos letivos futuros. Será sempre necessário haver ações de cariz intercultural que tenham em comum a rejeição da exclusão e indiferença, "uma vontade e uma prática firmes contra o tratamento desigual" (Romero, 2010: 61).

## **Conclusão**

Com este trabalho de mediação obtivemos, por um lado, uma melhor compreensão por parte dos estudantes dos PALOP da realidade social, económica e cultural em que atualmente se inserem (dentro e fora do IPG) e, por outro lado, uma maior consciencialização, por parte da entidade anfitriã e da comunidade envolvente, da diversidade de realidades de ordem pessoal, situacional e cultural com as quais há necessidade de interagir. Pretendeu-se uma maior harmonização intercultural resultante de uma integração saudável e propiciadora de bons resultados tanto para migrantes como para as entidades acolhedoras, a qual resultará progressivamente da aplicação progressiva dos princípios da igualdade, diferença e interação positiva na mediação que se estabelece entre migrantes estudantes dos PALOP e comunidades de dentro e fora do IPG.

## **Referências bibliográficas**

- Malgesini, G. e Romero, C. (2000), *Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad*, Madrid: ED Catarata.
- Romero, C. G. (1997), "La naturaleza de la mediación intercultural", *Revista Migraciones*, 2, Madrid: Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, 125-129.
- Romero, C. G. (2001), "Modelos de mediación y su aplicación en mediación intercultural", *Revista Migraciones*, 10, Madrid: Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, 59-110.
- Romero, C. G. (2010), *Interculturalidade e Mediação*, Lisboa: ACIDI IP.